



DELFINA GOMES

## Os frutos da investigação científica vão aparecer no futuro

Por Nuno Dias da Silva

**Delfina Gomes debruçou-se na sua tese de doutoramento sobre as mudanças e as «importações» de práticas contabilísticas por parte do governo do Marquês de Pombal, bem como na acção do Erário Régio, que tornou mais eficiente a arrecadação, no século XVIII, de dinheiro público, e as partidas dobradas, o meio que legitimava a nova organização. A docente da Universidade do Minho, onde dos 51 docentes do Departamento de Gestão metade são doutorados, refere que a investigação em História da Contabilidade está em «fase embrionária», mas mostra-se confiante que os jovens valores vão, mais tarde ou mais cedo, mostrar trabalho.**

Delfina Gomes nasceu em 1972, em Paredes. Licenciada em Gestão de Empresas pela Universidade do Minho (UM). Mestre em Contabilidade e Auditoria pela mesma universidade. Doutorada também pela UM em Ciências Empresariais, área de especialização em Contabilidade, desde Julho de 2007, com a tese: "Accounting Change in Central Government: The Institutionalization of Double Entry Bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761-1777)". Docente de Contabilidade da UM desde 1997, lecciona as disciplinas de Contabilidade Geral e Contabilidade de Gestão. Tem artigos publicados em revistas periódicas nacionais e em revistas científicas internacionais.

A professora da Universidade do Minho acredita que os frutos no âmbito da investigação vão prosperar devido à inestimável riqueza de fontes primárias e caso se estimule o intercâmbio de experiências com especialistas estrangeiros. Sobre Bolonha, afirma que trouxe mais exigência e auto-disciplina aos alunos que, refere, revelam pouca preparação em Contabilidade e uma atitude comportamental nada condizente com o patamar académico em que se encontram. Delfina Gomes garante ainda que uma licenciatura de três

anos não é suficiente e que o nível de mestrado será, dentro de algum tempo, generalizado.

Pese embora não exercer a profissão de TOC, a docente define a "pró-actividade" e a "adaptabi-

lidade" como os traços distintivos do profissional do século XXI e defende ainda que se trabalhe melhor a imagem da classe para que não se veicule a mensagem que a actividade se resume a uma técnica.

**TOC – Doutorou-se no passado mês de Julho em Ciências Empresariais na especialidade de História da Contabilidade, com uma tese intitulada "A institucionalização das partidas dobradas no Erário Régio português (1761-1777)". Porque escolheu este tema?**

**Delfina Gomes** – O interesse pela História da Contabilidade começou com a disciplina de Contabilidade Geral que tive durante a licenciatura em Gestão onde esta temática era abordada. Depois o gosto aumentou com as disciplinas que tive durante o mestrado em Contabilidade e Auditoria, e com a elaboração da dissertação de mestrado onde estudei as contas da Câmara Municipal de Braga, entre os séculos XVII e XIX. Quando tive de tomar a decisão sobre o tema da tese de doutoramento, o "bichinho"

da curiosidade pelo passado e, especialmente, pelo método das partidas dobradas, falou mais alto. Embora tenha começado por analisar os livros de registo da Câmara Municipal do Porto, relativos aos séculos XVI a XIX, a análise do contexto económico, político e social relativo ao início da segunda metade do século XVIII, que coincide com o governo do Marquês de Pombal, despertou a minha atenção. Fiquei particularmente interessada na criação do Erário Régio, em 1761, e na adopção de um novo método contabilístico para a administração das finanças públicas.

### **TOC – Qual foi o seu objecto de investigação?**

**DG** – De uma forma muito simples, procurei analisar como e porquê o método das partidas dobradas, normalmente associado aos mercados e às grandes casas de comércio, foi “importado” para a administração pública, em particular no caso do Erário Régio. Saliento que o Erário Régio foi a primeira instituição pública a adoptar o método das partidas dobradas, o qual foi imposto pela Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761, que criou esta organização. Assim, procurei inserir esta análise, não só no contexto nacional, mas também no contexto europeu, tentando determinar de que forma se efectuou a transferência do conhecimento contabilístico de diferentes países europeus para Portugal e suas colónias, e situar a reforma da administração pública portuguesa no âmbito de reformas similares que ocorreram em diferentes momentos e em várias nações europeias. Estamos a falar de um período, século XVIII, que se caracterizava pelas políticas mercantilistas, pelo iluminismo, e por uma concepção absolutista do poder do rei. Tudo isto, juntamente com a nomeação de um novo monarca D. José I, em 1750, um novo primeiro-ministro, o Marquês de Pombal, em 1756, e o terramoto de 1755, marcaram um ponto de viragem com a implementação de um conjunto de medidas que procuravam desenvolver o País, muitas delas com implicações para o conhecimento contabilístico.

### **TOC – Quais foram as perguntas de partida formuladas?**

**DG** – Consistiram em saber quais foram as pressões institucionais que influenciaram a adopção e institucionalização das partidas

dobradas no Erário Régio e que afectaram a difusão de práticas contabilísticas para as colónias portuguesas. E ainda, saber quais os papéis desempenhados por importantes actores institucionais/individuais no processo de transferência do conhecimento contabilístico no Portugal do século XVIII.

### **TOC – Que principais ilações retirou do estudo?**

**DG** – É fundamental compreender o importante papel que foi desempenhado pelo Marquês de Pombal em todas as mudanças. A sua profunda admiração pelo que de melhor se fazia nas nações mais desenvolvidas da Europa, em particular em França, levou-o a importar muitas práticas para Portugal, e ainda a inovar com base no conhecimento que tinha dos outros países. Entre várias medidas, posso salientar que pagou a contabilistas das cidades de Génova e Veneza para virem para Portugal, colocando-os a trabalhar nas empresas para ensinarem colegas portugueses, mandou traduzir textos de contabilidade estrangeiros para posterior divulgação pelos mercadores nacionais e criou a “Aula do Comércio”.



**Delfina Gomes afirma que «a investigação em Contabilidade ainda está numa fase inicial.»**

### **TOC – Quão importante foi o dinamismo adoptado pelo Marquês de Pombal?**

**DG** – O governo do Marquês de Pombal participou activamente em todos os domínios da sociedade portuguesa. Com a criação do Erário Régio procurou controlar e tornar mais eficiente a arrecadação do dinheiro público.

As partidas dobradas eram entendidas como um meio para legitimar a nova organização, pois era considerado como o melhor método para a administração das finanças públicas.

### **Acervo de fontes primárias inestimável**

#### **TOC – A que nível está a investigação científica em História da Contabilidade?**

**DG** – A investigação em Contabilidade ainda está numa fase inicial. E em História da Contabilidade, estamos num nível ainda mais embrionário. Mas os primeiros passos são sempre os mais difíceis.



**Cultivar o intercâmbio de experiências com investigadores estrangeiros e a participação em seminários são condições fundamentais para a projecção dos estudiosos portugueses em História da Contabilidade.**

### **TOC – Queixa-se de falta de apoios e incentivos?**

**DG** – No meu caso, mentiria se dissesse que não tive apoios. A CTOC financiou o projecto da “Aula do Comércio”, no qual trabalhei com a Professora Lúcia Lima Rodrigues e o Professor Russel Craig, e do qual resultaram vários artigos publicados em revistas internacionais. Com base no projecto de doutoramento, foi submetido um projecto de investigação em História da Contabilidade à Fundação para a Ciência e Tecnologia, na área científica de Economia e Gestão, o qual foi aprovado em 2004 e que se encontra em fase de execução. Estes financiamentos foram muito importantes para a realização da investigação. Teria sido muito difícil caso não os tivesse obtido.

#### **TOC – Iniciativas como a que foi patrocinada pela CTOC, ao criar a Comissão de História da Contabilidade, são fundamentais para incentivar a investigação neste domínio?**

**DG** – Quando a Instituição que regulamenta o exercício da profissão demonstra interesse em patrocinar a investigação em História da Contabilidade, trata-se de um estímulo fundamental para novos projectos na área. Neste momento, existem doutoramentos e mestrados a decorrer em História da Contabilidade. Penso que outros se seguirão e esta iniciativa pode ser um empurrão. E depois há um factor adicional para promover a investigação em Portugal: o inestimável volume e riqueza em termos de fontes primárias, que remontam ao período medieval. O valor do acervo sobre instituições públicas, ordens religiosas e entidades privadas, é imenso.

#### **TOC – É consensual a escassa internacionalização dos especialistas portugueses. Falta intercâmbio entre os nossos estudiosos e os congéneres estrangeiros, nomeadamente em termos de promoção de seminários e conferências?**

**DG** – É fundamental organizar e participar em conferências em Portugal e no estrangeiro, bem como cultivar contactos com investigadores de todo o mundo.

Há, contudo, um factor que dificulta a publicação em revistas internacionais e que não podemos negligenciar: publicar em revistas internacionais

para alguém cuja língua mãe não é o inglês, é sempre difícil. Como tal, o intercâmbio com especialistas internacionais é benéfico, nomeadamente os de origem anglo-saxónica. No meu caso, destaco o trabalho com o professor Russel Craig, e a organização em Braga, em 2005, da conferência *The Fourth Accounting History International Conference* patrocinada pela revista *Accounting History*, onde privámos de perto com o Professor Garry Carnegie, que acabou por ser meu orientador da tese de doutoramento juntamente com a Professora Lúcia Lima Rodrigues.

**TOC – Como explica que existindo uma revista especializada e pioneira em artigos científicos, a “Contabilidade e Gestão”, o volume de artigos produzido seja tão escasso?**

**DG** – Preparar trabalhos científicos demora o seu tempo, dado o nível de exigência neste tipo de trabalhos. Acresce ainda que os trabalhos são revistos normalmente por dois investigadores num processo de *blind referee*, que podem pedir, e normalmente pedem, alterações aos trabalhos. Tudo isto leva o seu tempo. Daí que os frutos demorem a aparecer. Mas aparecerão no futuro. Temos um grupo jovem de investigadores que irão mostrar o seu trabalho.

**Licenciatura na era Bolonha é insuficiente**

**TOC – Que consequências práticas no ensino está a ter a aplicação das disposições de Bolonha?**

**DG** – Estamos todos ainda em fase de aprendizagem e preparação para este novo conceito de ensino. Uma das pedras de toque dos conceitos e da concepção teórica do processo de Bolonha passa pela maior responsabilização dos alunos, menos contacto de sala de aula, fomentando a relação mais informal e a normalização das matérias para facilitar o intercâmbio entre estudantes. No entanto, tive oportunidade de notar que no final do ano lectivo os alunos do primeiro ano da era Bolonha estavam manifestamente cansados.

**TOC – Por falta de habituação ao novo ritmo?**

**DG** – Pelo grau de exigência. Os alunos vêm do liceu com um método de estudo que não responde ao que lhes é exigido na universidade. Como o contacto em aula foi reduzido, os alunos terão de ter muito rigor com o tempo que dedicam ao



**«Bolonha reforçou a ideia de que, nos dias que correm, ter uma licenciatura (de três anos) não é suficiente.»**

estudo de cada uma das disciplinas. Como boa parte do trabalho é feito fora da aula, isso exige ainda mais aos estudantes ao longo de todo o ano lectivo. Bolonha obriga os estudantes a terem uma auto-disciplina sem paralelo.

**TOC – Neste processo em curso há alguma lição imediata que se possa extrair?**

**DG** – Bolonha reforçou a ideia de que, nos dias que correm, ter uma licenciatura (de três anos) não é suficiente. O aluno não sai devidamente preparado para enfrentar o mercado de trabalho. A tendência é que a licenciatura seja complementada, pelo menos, com uma pós-graduação e, eventualmente, com um mestrado.

Um licenciado por Bolonha não tem os mesmos conhecimentos teórico-práticos que um licenciado antes de Bolonha, o que não significa que seja uma pessoa menos capaz. Procedeu-se a uma condensação das matérias em três anos e as restantes passaram para níveis superiores. O que significa que há lacunas de conhecimentos evidentes para os que se licenciarem neste novo contexto.

## Alunos mal preparados em Contabilidade

### TOC – Que avaliação faz da qualidade e do desempenho académico dos alunos?

**DG** – Noto alguma imaturidade, do ponto de vista psicológico e comportamental, mas não é tudo negativo, continuamos a ter bons alunos. No que diz respeito às disciplinas de Contabilidade, constata-se que os alunos chegam aqui sem qualquer preparação. O ano lectivo passado, metade da turma não tinha quaisquer conhecimentos contabilísticos. Tivemos de partir quase do zero. Quando fiz o liceu, tive Contabilidade desde o 9.º ano, o que fez com que as disciplinas dessa área ministradas na faculdade não fossem estranhas para mim, facilitando a assimilação de novos conhecimentos.

### TOC – Pensa que os alunos estão mais sensibilizados para evoluir para patamares superiores de formação ou isso depende da vocação pessoal de cada um?

**DG** – O nível de mestrado será generalizado, até porque estou em crer que os alunos sentirão, eles mesmos, necessidade em progredir e complementar os conhecimentos. Estou

convicta que Bolonha pode ajudar um pouco a promover um percurso académico mais alargado. Por exemplo, o curso de gestão da Universidade do Minho, é de âmbito generalista nos três anos da licenciatura, o que permite aos alunos fazer especializações e enveredarem por mestrados em áreas específicas, naquilo que é a sua vocação, pode ser Marketing, Contabilidade, Finanças ou Recursos Humanos, ou outras opções.

### TOC – Colocando no prato da balança, a formação académica e a formação contínua do TOC, qual acha que é mais relevante?

**DG** – Sendo eu uma investigadora em História da Contabilidade, é normal que valorize mais o conhecimento teórico. Saber o porquê do que se faz e a origem dos conceitos é fundamental para a construção do pensamento. Quando estamos embrenhados na licenciatura questionamos a razão de certas matérias, mas no futuro acabamos por lhes dar valor. É claro que a formação académica não é suficiente. Ninguém consegue acompanhar a evolução dos conhecimentos, se parar no tempo. Daí que a formação contínua seja muito importante após a conclusão da formação académica.



«A formação académica não é suficiente. Ninguém consegue acompanhar a evolução dos conhecimentos, se parar no tempo», defende a docente da UM.

## Pró-actividade e adaptabilidade

**TOC – OTOC deve sair mais do seu gabinete em busca de formação adicional, numa perspectiva de reciclagem permanente?**

**DG** – Tal como disse, a formação continua é imprescindível, ainda para mais quando a profissão de TOC é das que mais exposta está à desactualização de conhecimentos. O novo sistema de normalização contabilística é um exemplo válido. Quanto mais pró-activo se for no processo de formação contínua, mais fácil será aos profissionais adaptarem-se às transformações e mudanças cada vez mais uma constante do dia-a-dia.

**TOC – É sabido que os factores éticos e deontológicos podem influir na conduta de um profissional em qualquer actividade, mas pensa que o aumento da formação pode contribuir para termos TOC globalmente mais capazes?**

**DG** – Todos estes escândalos e colapsos financeiros, como os da Enron, foram falados e alertaram as consciências dos alunos para as dificuldades que podem vir a ter no exercício profissional. As questões éticas começam agora a ser abordadas. A Licenciatura em Gestão da Universidade do Minho tem a disciplina de Ética e Responsabilidade Social como disciplina obrigatória. Penso que as questões de Ética e Deontologia na profissão serão cada vez mais valorizadas na formação académica.

**TOC – Os candidatos a TOC têm que tocar múltiplas áreas de conhecimento. Tanto é preciso saber Fiscalidade, Contabilidade e outras disciplinas. Qual a relevância deste cruzamento de saberes?**

**DG** – A multidisciplinaridade assume um papel central. Não é possível conceber uma licenciatura em Contabilidade sem Auditoria e Fiscalidade, assim como todo um conjunto de conhecimentos não directamente relacionados com a Contabilidade. Exige-se ao TOC que saiba mais do que única e exclusivamente de Contabilidade, até porque ele não é apenas um técnico que lança documentos e prepara demonstrações financeiras. Deve ser quase um “clínico geral”, ainda para mais atendendo ao tecido empresa-

rial português, composto por pequenas e médias empresas.

**TOC – Qual o traço distintivo que deve possuir o profissional do século XXI?**

**DG** – Adaptabilidade. Deve ser capaz de se adaptar às mudanças e às exigências que se colocam à profissão. O futuro será particularmente rico em novos desafios para o profissional da Contabilidade.

## Promover e trabalhar a imagem dos TOC

**TOC – O que é preciso fazer para tornar a Contabilidade mais atraente aos olhos da sociedade?**

**DG** – É preciso passar a mensagem que a Contabilidade não é, pura e simplesmente, uma técnica. Se mudarmos essa ideia que a maior parte da sociedade tem, conseguiremos alterar a visão estereotipada que existe do profissional. No fundo, é urgente saber promover e trabalhar melhor a imagem dos TOC e da sua actividade. Eles próprios têm de se esforçar para alterar a imagem “cinzenta” que passa.

**TOC – Como se deve processar o relacionamento entre a entidade reguladora da profissão e o meio universitário?**

**DG** – O trabalho deve ser feito em parceria e através de contactos regulares. As universidades não podem estar a formar recursos humanos na área sem ter em atenção o organismo regulador da profissão. Por seu turno, a CTOC não deve perder de vista as iniciativas organizadas no ensino superior, promovendo, com a maior regularidade possível, conferências, seminários e palestras.

**TOC – É membro da CTOC, mas tem a inscrição suspensa. Porquê?**

**DG** – Sendo professora de Contabilidade, mas não exercendo a actividade, entendi que fazia sentido manter-me associada à entidade reguladora da profissão. Para além disso, as ferramentas disponibilizadas pela CTOC, o CD-Rom, a Revista «TOC» e o próprio *site* (que recomendo aos meus alunos), são muito úteis para profissionais, docentes e estudantes. ■